

DIVERSIFICAÇÃO E UNIFICAÇÃO EM TERMINOLOGIA: FUNDAMENTOS PARA A TERMINOGRAFIA DO MERCOSUL

Maria da Graça Krieger*

RESUMO: Esta exposição tem por objetivo salientar alguns fatores de natureza política, teórica e metodológica envolvidos num projeto terminográfico compatível com as necessidades do Mercosul. Para tanto, destaca a importância política e estratégica desse projeto e defende a necessidade de descrição e registro da variedade lingüística intra e interlingüística como princípio teórico e metodológico da produção terminográfica no Mercosul. São ainda questionados alguns aspectos relativos à organização formal da terminografia clássica e ao tratamento terminológico baseado no princípio da homonímia, frente às concepções das novas teorias da terminologia que postulam, por exemplo, a polissemia como um fenômeno natural das linguagens especializadas.

UNITERMOS: Terminologia; Terminografia; Mercosul; variação lingüística; polissemia.

RESUMEN: *Esta exposición tiene el objetivo de resaltar algunos hechos de naturaleza política, teórica y metodológica abarcados en un proyecto terminográfico compatible con las necesidades del Mercosur. Para ello, destaca la importancia política y estratégica de ese proyecto, así como defiende la necesidad de descripción y registro de la variedad intra e interlingüística como principio teórico y metodológico de la producción terminográfica en el Mercosur. También se cuestionan algunos aspectos de organización formal de la terminología clásica y del tratamiento terminológico basado en el principio de la homonimia, frente a las concepciones de las*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

nuevas teorías de la Terminología que postulan, por ejemplo, la polisemia como un fenómeno natural de los lenguajes de especialidad.

PALABRAS-CLAVE: *Terminología, Terminografía, Mercosur, variación lingüística, polisemia.*

Introdução

Tratar do tema "Diversificação e unificação no cenário do MERCOSUL" exige a abordagem de uma série de aspectos de diferentes naturezas. Isto porque esse amplo tema abarca desde a discussão das políticas lingüísticas, que envolvem, por sua vez, o contexto estrutural e social da região, até a reflexão sobre um conjunto de pontos teóricos pertinentes ao funcionamento dos léxicos temáticos e a sua repercussão sobre a orientação a ser imprimida às aplicações terminológicas.

Diante de tal amplitude, aqui se privilegiará o ângulo dos princípios e fundamentos políticos, pragmáticos e teórico-metodológicos para a terminografia de que carece o Mercosul. Em consequência, os aspectos "mais teóricos", como o próprio tema da variação e de suas relações com os fenômenos lexicais, como a polissemia, sinonímia e homonímia, serão comentados enquanto problemas metodológicos para uma terminografia que atenda a necessidades do contexto do Mercosul. De toda sorte, nesta exposição considera-se que a diversidade é um fenômeno natural das línguas naturais, ao passo que a unificação terminológica se constrói a partir de ações que planejem uma conjugação agregadora das dispersões lexicais que os usos da linguagem impulsionam e propagam.

Por uma terminografia no mercosul

O estudo das relações entre sociedade e língua tem demonstrado, cada vez mais, sua relevância no contexto da nova ordem mundial vigente a partir do final de século XX, quando se estabeleceram os paradigmas de desenvolvimento econômico e tecnoló-

gico do mundo contemporâneo. Nesse contexto, uma das grandes conseqüências da globalização foi o alargamento de muitas fronteiras e o incremento das relações internacionais, que se intensificaram diante dos interesses comerciais predominantes. Com isso, os idiomas, antes que signos maiores da identidade e da cultura das nações, passaram a ser efetivamente valorizados como instrumentos pragmáticos, basilares nos processos de comunicação. Em conseqüência, as línguas assumem significativos papéis sociais, políticos e econômicos no processo de globalização.

Ao mesmo tempo, a ampliação das fronteiras, entre tantas repercussões, provocou, como sabemos, grandes efeitos no campo das línguas. Os idiomas dos países integrantes das novas regiões supranacionais, por exemplo, passaram a entrar mais fortemente em contato, o que exigiu dos indivíduos que ampliassem suas competências lingüísticas. Esta é uma situação típica do Mercosul, um bloco caracterizado pelo bilingüismo, em razão da coexistência do português brasileiro e do espanhol falado na América Latina.

Apesar da importância do guarani no Paraguai, e mesmo do seu estatuto oficial, somente o português e o espanhol foram formalmente reconhecidos como línguas oficiais do Mercosul pelo Tratado de Assunção. Em conseqüência, a relação desses dois idiomas tem sido o foco principal da problemática lingüística do processo de integração, caracterizado por dois componentes peculiares relacionados à história do cenário lingüístico do Cone Sul, quais sejam, a tradição de desinteresse pela língua do outro e a distensão das relações no plano idiomático.

Historicamente, apesar do bilingüismo da região, não houve interesse mútuo pelo idioma dos vizinhos. Isto é, nem os brasileiros consideraram o espanhol como a língua estrangeira a ser aprendida, nem o inverso. No entanto, a concretização do Tratado de Assunção está revertendo, em muito, essa situação, pois surgiu a consciência de que o conhecimento comum dos respectivos idiomas nacionais é um importante fator de integração e uma condição de viabilidade para a consolidação harmônica dos blocos supranacionais.

Junto a isso, a região não é marcada por disputas de prestígio lingüístico e não se vislumbram tentativas de hegemonia. Com

efeito, essa bidirecionalidade, que assegura uma política lingüística de valorização equalitária do português e do espanhol no Mercosul, é plenamente justificável em razão de interesses econômicos comuns. O particular, neste caso, é que se trata de uma política frutificada num campo sem competição lingüística. Sem relações polêmicas, o português e o espanhol não costumam disputar espaços, nem prestígio. Por isso, não se vislumbra o panorama de um idioma pretender hegemonia sobre o outro. Isso não significa, no entanto, e seria ingênuo pensar, que a integração no Cone Sul seja um processo baseado na benevolência; ao contrário, é altamente competitivo em vários aspectos.

Por outro lado, a convivência pacífica, como uma política de boa vizinhança idiomática, favorece as condições de fortalecimento doportunhol nas comunicações informais. Trata-se de uma manifestação espontânea, uma tentativa comum de falar o idioma do outro, através de uma mescla lingüística que, sob certos aspectos, assume o valor de um tertius elemento comunicacional, sem, no entanto, alcançar estatuto de idioma.

A despeito dessas particularidades da região, toda política lingüística abrangente e orientada por princípios pragmáticos reconhece que o uso de terminologias adequadas às diferentes situações de comunicação é um componente essencial para o sucesso dos empreendimentos pretendidos, pois as terminologias conferem potencialmente precisão conceitual às interlocuções especializadas.

Efetivamente, as linguagens de especialidade, visando à eficiência comunicativa, utilizam termos próprios, com os quais circunscrevem conceitos e transmitem conhecimentos específicos, favorecendo a univocidade comunicacional.

Hoje, pode-se dizer que muitos segmentos já compreenderam que a precisão conceitual é necessária para o assentamento de toda sorte de contratos e das múltiplas e variadas proposições de intercâmbio que se intensificam com a globalização. O interesse, portanto, já não se restringe aos especialistas que, como usuários diretos, sempre compreenderam a necessidade de dominar os termos de suas áreas de competência, mas a uma série de outros usuários indiretos da terminologia, tais como tradutores, intérpretes, documentalistas, redatores técnicos, lexicógrafos e ter-

minógrafos, estudantes universitários, entre outras categorias de profissionais que se envolvem com a linguagem. Igualmente, avança o interesse dos profissionais da comunicação pelos termos técnicos, pois a ciência hoje é objeto de larga divulgação, e a tecnologia integra o cotidiano da vida, levando o cidadão a conhecer e utilizar terminologias. Assim, pode-se dizer que se trata de um projeto abrangente e complexo, que deve atentar às necessidades de uma ampla gama de usuários, cujos interesses e necessidades dificilmente se identificam.

Todo esse conjunto de fatores, que resulta na larga circulação dos vocabulários especializados, explica também por que, cada vez mais, a terminologia assume relevância na e para a sociedade atual. Impõe-se, assim, a tarefa terminográfica, cujo fim último é organizar e divulgar as terminologias, permitindo a recuperação da informação de acordo com o interesse social ao auxiliar nos intercâmbios comunicativos. Com efeito, os projetos terminográficos necessitam delinear um conjunto de aspectos pragmáticos adequados aos objetivos visados. É desses objetivos que depende o trabalho de organização terminológica. Conseqüentemente, um dos princípios fundamentais é um planejamento adequado para cada contexto e situação particulares, em oposição a soluções "a priori", oriundas de realidades distintas.

O Mercosul precisa equacionar seu projeto com vistas não apenas à integração interna, mas também à consolidação do bloco no cenário econômico internacional, que, sendo já uma realidade, ainda precisa superar uma série de problemas que dificultam a circulação internacional das suas mercadorias.

Por outro lado, a organização e o tratamento das terminologias pressupõe uma política lingüística interna, isto é, sustentada por uma linha teórica que norteie as aplicações terminológicas contemplando a diversidade lingüística do Mercosul. Contemplar a diversidade, antes de ser um mero procedimento teórico-metodológico fundamentado no funcionamento da linguagem, evidencia o valor político do tratamento terminológico variacionista para a articulação do processo de integração do Cone Sul.

Como visto, embora aqui se esteja defendendo um projeto terminográfico para o Mercosul, nenhum formato específico está

sendo proposto . Não obstante, devem-se sempre lembrar e reiterar algumas condições que propiciam a realização desse empreendimento: definição de áreas prioritárias cujas terminologias devem ser repertoriadas; atuação de uma equipe regular; aporte também regular de recursos por parte dos respectivos governos, entre outras.

Nesse sentido, cabe considerar o potencial de contribuição das universidades para a formação de recursos humanos qualificados em áreas estratégicas para a consolidação da região, e também para a produção de conhecimento por meio de grupos de pesquisa. Para a terminografia no Mercosul, além da Terminologia, podem colaborar investigações em áreas diversas, tais como a Lexicologia, a Sociolingüística, as Teorias de Texto, a Tradução, apenas para citar as mais diretamente envolvidas.

Em síntese, a funcionalidade operada pelos termos especializados na transmissão de conhecimentos e de tecnologias justifica a importância de seu conhecimento e de sua divulgação para o fortalecimento do Mercosul. Conseqüentemente, um efetivo projeto terminográfico é uma estratégia que se apóia no acesso a repertórios terminológicos plurilíngües e que privilegiam áreas de interesse das sociedades que se integram na busca de seu fortalecimento.

Esses repertórios assumem um valor referencial no quadro de escolhas lingüísticas apropriadas aos diferentes propósitos comunicacionais. Precisam, portanto, abrigar a diversidade das realizações terminológicas em cada campo de conhecimento e contemplar, no mínimo, as duas línguas oficiais do Mercosul, sem negligenciar o inglês, como língua veicular. Desse modo, tais repertórios constituir-se-ão em instrumentos eficientes para a busca de competitividade comercial e para o estabelecimento e fomento de um intercâmbio diversificado, no plano interno dos macrocontextos regionais e no plano externo das relações internacionais mais amplas.

A necessidade dessa tarefa pode ainda ser avaliada diante da quase total inexistência de obras de referência técnico-científicas elaboradas no português do Brasil e no espanhol dos países da América Latina, línguas que atualmente diferem, em muito, das

faladas em Portugal e na Espanha. Em suma, dotar o Mercosul de instrumentos terminográficos compreende criar as condições adequadas para o trabalho de produção de glossários e dicionários técnico-científicos, incluindo-se, obrigatoriamente, a constituição de um banco de dados terminológicos ágil e operacional.

Por outro lado, criar as condições para recuperar e divulgar a informação não significa somente facilitar a comunicação, mas também o acesso ao potencial produtivo e científico do Mercosul. A rigor, trata-se de uma forma de sobrevivência. Vale dizer: ou temos a informação organizada, ou então as transações tenderão a continuar no sentido preferencial, até agora conhecido, em detrimento das condições de competitividade. É nessa perspectiva que se revela o valor estratégico da sistematização e divulgação das terminologias.

O avanço do projeto terminológico, portanto, deve estar incluído nas políticas de desenvolvimento das regiões que alargaram suas fronteiras e que precisam responder a novas exigências de competência lingüística e profissional para afirmar-se e para consolidar suas metas de integração e inserção internacional.

A propósito da variação

Toda aplicação terminológica reflete posicionamentos de natureza teórica e política adotados para a consecução dos instrumentos terminográficos. No caso do Mercosul, o desenvolvimento de seu projeto, para além de significar a valorização das terminologias, ou seja, o devido reconhecimento de sua funcionalidade, requer o equacionamento de uma série de questões relacionadas tanto à definição de uma política lingüística adequada à realidade da região quanto aos princípios teórico-metodológicos que devem reger o empreendimento terminográfico. De certa forma, trata-se de dois ângulos de uma mesma problemática. Assim, aos aspectos pragmáticos, que contribuem para a definição dos propósitos comunicacionais e do formato dos instrumentos, somam-se as posições relativas às concepções teóricas norteadoras dos produtos terminológicos.

Não obstante a variedade das orientações que se possam adotar em um projeto terminográfico supranacional – definidas, via de regra, à luz de princípios prescritivos ou descritivos –, a funcionalidade pretendida jamais será alcançada se as decisões forem tomadas com base em proposições arbitrárias e artificiais que negam e procuram apagar o real funcionamento da linguagem.

Nessa direção, cabe salientar o reconhecimento do descompasso existente entre teoria e prática terminológicas quando o norte das aplicações é de caráter prescritivo. O modelo idealizado de exclusividade denominativa e de monossemita tem se mostrado inoperante diante do real funcionamento da linguagem, pois, mesmo no interior de uma única área de conhecimento, nem sempre há um só conceito ou uma única denominação correspondente. Tal constatação desfaz a ilusão do controle sobre o emprego dos vocabulários especializados.

Com efeito, a realidade dos usos dos léxicos temáticos têm demonstrado a impropriedade da crença no princípio da homogeneidade lingüística, que desconsidera, entre outros fatores, a variação terminológica e as realizações sinonímicas de alguns termos.

Esse quadro ilustra a importância de que as informações oferecidas, além de pertinentes e fidedignas, em proveito da confiabilidade dos instrumentos em questão, necessitam retratar a realidade lingüístico-conceitual das terminologias repertoriadas, como garantia da operacionalidade das consultas. Para tanto, a elaboração de uma obra de referência que atenda às necessidades do consulente-alvo, deve pautar-se por uma criteriosa definição e seleção de dados terminológicos, entre outros componentes de ordem textual e discursiva, com vistas à tipologia macro e microestrutural privilegiadas.

Contemplar a variação no tratamento da terminologia é, portanto, um procedimento teórico-metodológico que qualifica os instrumentos terminográficos elaborados segundo essa ótica, uma vez que eles permitem situar o usuário no panorama da diversidade de realizações do termo. Essa diversidade, entre outros aspectos, costuma ser abordada no plano intralingüístico, consubstanciando o enfoque variacionista propriamente dito.

Uma abordagem mais profunda sobre a variação lingüística contemplará outras manifestações desse fenômeno que não apenas as diferenças regionais, sociais, profissionais e diacrônicas. Hoje, na Terminologia, a variação é compreendida também no plano conceitual, aspecto vinculado ao nível de conhecimento sobre determinado objeto ou processo, bem como ao tipo de documentação e de mecanismos informativos que veiculam o processo comunicacional. Tal apreensão atualiza também a problemática do texto especializado e, sobretudo, dos graus de especialização conferidos pelo autor, o que permite distinções, por exemplo, entre textos próprios de comunicação entre especialistas e aqueles de divulgação sobre as descobertas da ciência e os avanços tecnológicos (Ciapuscio, 1998).

Por sua vez, ao se tratar de um contexto supranacional, que envolve a correlação de dois idiomas, como o português e o espanhol, a diversidade de realizações denominativas necessita ser examinada também no plano interlingüístico. Com esse princípio de tratamento abrangente dos termos, produzem-se instrumentos que não elidem o pleno funcionamento natural das línguas trabalhadas, respeitando as formas de expressão próprias das comunidades que se agregaram em estruturas supranacionais.

Além da perspectiva estritamente terminográfica, uma posição que integra e compatibiliza a diversidade das realizações terminológicas em todos os seus níveis assume um papel político-estratégico na consolidação das conjunturas supra-regionais, pois as línguas, componentes maiores de identidades nacionais, têm estruturas diferenciadas para expressar a produção e a apreensão do conhecimento. Da adoção do princípio de acolher a diversidade das realizações terminológicas nas duas línguas oficiais do Mercosul depende, em muito, a unidade e o fortalecimento do projeto terminográfico dessa macro-região.

Ainda em relação à variação, cujo registro é inegavelmente necessário pelo conjunto das razões já mencionadas, não se pode esquecer que toda perspectiva variacionista atualiza, concomitantemente, a problemática do padrão lingüístico de referência e, com isso, a da norma. Embora escape aos propósitos desta reflexão avançar neste complexo terreno, e mesmo sem descurar dos

registros variacionistas, pode-se pensar na possibilidade da definição de algum mecanismo que venha a orientar as escolhas das comunidades lingüísticas. Como sabemos, as obras de referência, mesmo indiretamente, cumprem um papel normalizador. Esta é uma propriedade intrínseca ao seu estatuto de poder, decorrente da legitimação do léxico repertoriado; os usuários, especialmente os profissionais da linguagem, têm a expectativa de que essas obras referenciais possam trazer subsídios que orientem e justifiquem suas escolhas lingüísticas. Sem assumir o papel de modelo único de "valor correto", as referidas indicações poderiam conter o "consagrado", vale dizer, registrariam os usos mais recorrentes nas comunicações especializadas.

Em direção semelhante, afirma Maciel:

Nesse sentido, a individualidade de cada um dos idiomas e cada uma das variantes lingüísticas deve ser conservada, posto que univocidade não significa uniformidade. Além do mais, a preservação e o fortalecimento da comunidade do Cone Sul exigem que cada uma das nações componentes preserve sua própria identidade e o respeito à língua nacional é fator de maior importância para essa preservação. (1998, p.150)

De toda forma, qualquer definição nesse âmbito só alcança legitimidade, quando amplamente discutida. Pretender validá-las para o Mercosul exige o posicionamento das respectivas instâncias oficiais.

Em suma, isso não significa negar as variações terminológicas, mas favorecer as condições de escolha lingüística adequada a cada situação de comunicação, auxiliando sobretudo o trabalho de tradutores e de outros profissionais da linguagem. Nesse sentido, as fontes documentárias selecionadas para constituir um repertório terminológico desempenham papel de destaque.

Diante desse complexo quadro de componentes políticos, culturais, teóricos e metodológicos implicados na definição de uma eficiente terminografia para o Cone Sul, reafirma-se o papel social, político e estratégico dos instrumentos terminográficos nas e para

as sociedades que valorizam e ao mesmo tempo dependem do intercâmbio do conhecimento e das inovações tecnológicas, bem como do incremento do comércio e da cooperação internacional.

Repercussões sobre a terminografia

Tal como já exposto, os propósitos qualitativos de uma produção terminográfica vinculam-se ao princípio teórico-metodológico básico de que os termos sofrem os efeitos da realidade sistêmica em que se inserem e de que integram o funcionamento da linguagem com todas as implicações daí decorrentes. Com isso, reafirma-se que o tratamento terminológico, além de não se resumir a uma prática compilatória ordenada somente pela frequência do termo, também não pode mais permanecer conformado às limitações dos enfoques prescritivos sobre as terminologias. Conseqüentemente, na abordagem descritiva, paradigma das novas teorias da terminologia, fatores de ordem textual e discursiva passam a assumir papel preponderante.

Com efeito, o complexo trabalho terminográfico tem recebido contribuições teóricas e metodológicas importantes decorrentes da ênfase sobre os modos de funcionamento das unidades terminológicas. Essas contribuições fazem-se notar na tarefa de identificação e seleção de unidades lexicais candidatas a integrar os repertórios terminológicos. Ao mesmo tempo, os novos aportes teóricos de fundamento lingüístico e textual têm o efeito de ampliar o poder explicativo da teoria da terminologia.

Por outro lado, sabemos hoje que, na prática, a teoria é outra, pois as pesquisas fundamentadas nos contextos de ocorrência dos termos já têm suficientemente demonstrado que é insustentável a idéia de monossemia terminológica, tal como a entendiam os primeiros estudiosos da disciplina. A presença da polissemia nos textos especializados decorre da constatação de que "a língua especializada é uma língua natural, considerada como vetor de conhecimentos especializados" (Lerat, 1995, p.20).

Em conformidade com esse ponto de vista, as novas teorias terminológicas, ao observarem o funcionamento da linguagem, adotaram o postulado da polissemia no interior das linguagens

de especialidade. Apesar desses avanços, porém, são ainda incipientes os estudos e as proposições referentes ao equacionamento terminográfico de fenômenos assemelhados à polissemia, compreendendo-se aí a variação e a sinonímia.

Embora esta exposição não tenha a intenção de aprofundar a reflexão sobre a polissemia nas comunicações especializadas, algumas considerações se fazem necessárias para o esclarecimento de sua repercussão sobre as aplicações terminológicas. Embora a polissemia articule-se sintagmaticamente do ponto de vista sistêmico, as manifestações desse fenômeno inscrevem-se no eixo paradigmático que conjuga a diversidade de sentidos que um item lexical adquire nos diferentes contextos especializados de ocorrência. Tais contextos, nessa perspectiva, correspondem aos diferentes universos discursivos especializados, tais como a Física, a Medicina etc., e não ao contexto imediato de ocorrência do termo. Pode-se assim dizer que, em terminologia, o contexto situacional primeiro é a área temática na qual determinado item lexical se delimita semanticamente. Sob esse prisma, configura-se uma polissemia externa, paradigmática, estabelecida no nível do sistema, que pode ser compreendida como manifestação de homonímia.

Já a polissemia interna, equivalente aos percursos constitutivos de distintos significados que os termos adquirem no interior de um mesmo campo de conhecimento, está relacionada ao processo constitutivo de significação. Esse processo é decorrente, em larga medida, de pontos de vista em língua especializada, conforme postulam Condamines & Rebeyrolles (1997). Essa polissemia interna, ou polissemia propriamente dita, merece tornar-se objeto de reflexão na área.

Nesse sentido, vale lembrar que a clássica a Teoria Geral da Terminologia, ao postular que os termos são monossêmicos, cada unidade especializada comportando uma única noção no interior de um mesmo campo especializado, definiu um padrão terminográfico. A existência de diferentes "noções" para um mesmo "nome" é considerada apenas como uma extensão de uso desse "nome" a outras áreas, nas quais o nome adquire significados distintos. Tal extensão é, assim, concebida como uma homonímia. Diante disto, foi estabelecida a tradição de registrar cada termo

que comporta mais de um conceito como uma entrada independente nas obras de referência.

Entretanto, com o quadro teórico distinto, estabelecido, em especial, pela Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), passa a ser importante perguntar se   necessário reverter a posi o tradicional de constituir uma entrada para cada novo sentido. Ou, contrariamente:   necessário criar redes de acep es no interior de uma mesma entrada para dar conta da polissemia? Não se pretende aqui responder a essas questões. O objetivo maior desta exposi o   suscitar esses questionamentos, que carecem de reflexões aprofundadas que permitam que os instrumentos terminográficos sejam ordenados com base em princípios metodológicos capazes de satisfazer aos usuários. Por isso, as decisões estão vinculadas a um posicionamento que envolve uma perspectiva tanto teórica quanto pragmática. Esta última não pode ser descuidada, especialmente se se considera que o dicionário é um objeto social cuja justificativa maior reside no seu aproveitamento por parte dos consulentes visados.

O usuário poderia ser ouvido quanto à funcionalidade ou não de entradas separadas para conceitos diferentes. Até onde já pudemos observar, os tradutores tendem a considerar mais adequado às suas necessidades de busca conceitual que os termos polissemicos de uma mesma área sejam tratados ao modo da homonímia, isto é, destacados por meio de novas entradas. Este é um ponto de vista de grande importância, porque tradutores são usuários "profissionais" de instrumentos de referência, embora não sejam os únicos a consultar essas obras. Em realidade, como antes mencionado, as necessidades são múltiplas e distintas, o que reafirma a complexidade da tarefa terminográfica, que freqüentemente revela suas limita es, mesmo quando é elaborada com vistas ao atendimento das buscas dos usuários previstos.

De toda forma, é preciso sempre procurar atender ao pressuposto básico de que "o objeto de um dicionário terminológico é a descri o do léxico de uma especialidade" (Haensch, 1982, p.525). Se se adota a perspectiva de que o léxico especializado não se diferencia do geral, a aludida descri o implica, por sua vez, o registro de uma série de informa es sobre o funcionamento dos termos. Hoje, especialmente quando se trata de obras bi ou

plurilingües, reconhece-se a importância da inclusão da fraseologia da área repertoriada. O conjunto das informações atualmente requeridas para que um instrumento terminográfico atinja seus fins pragmáticos está demonstrando que esses produtos tendem a alterar sua clássica configuração microestrutural, centrada apenas nos aspectos conceituais, e não lingüísticos dos termos.

Ao se estabelecer uma analogia da Terminografia com a Lexicografia, observa-se também que se modifica o papel das obras de referência especializadas: estas deixam de ser exclusivamente representativas do pensar correto, decorrente do privilégio atribuído à dimensão conceitual das terminologias, para se aproximarem dos dicionários da língua geral, lugares de referência do dizer consagrado, porque praticado pelas comunidades lingüísticas.

Todos esses novos conceitos e direcionamentos expressam, em última análise, uma tentativa de conferir maior adequação e operacionalidade aos instrumentos terminográficos. Tal busca está, por sua vez, fundamentada no reconhecimento do componente lingüístico das terminologias.

Para concluir, cabe lembrar que, diante de todo esse cenário que envolve fatores políticos, sociais, teóricos e metodológicos, justifica-se a necessidade de que o Mercosul disponha dos instrumentos adequados para efetivar suas metas de consolidar sua integração interna e sua posição no cenário internacional.

Não bastassem esses fatores, a consecução dos empreendimentos terminológicos deve encontrar sua motivação na crença de que a organização e divulgação de nossas terminologias, mesmo com os empréstimos e os neologismos de que estão afetadas, consiste em uma forma de revelar o potencial econômico, científico e cultural da conjuntura supra-nacional em que o Mercosul se constitui.

Simultaneamente, desenvolver um pertinente projeto terminográfico para a região pressupõe a definição de orientações teóricas e metodológicas que permitam que a tarefa terminográfica alcance maior qualidade e legitimidade. Para tanto, é indispensável contemplar a diversidade das realizações terminológicas dos países que buscaram seu fortalecimento através

da integração. A funcionalidade do projeto terminográfico do Cone Sul depende desse respeito às diferentes formas que as línguas encontram para expressar os objetos, processos e mecanismos constitutivos dos conhecimentos especializados.

A opção por uma orientação sócio-comunicativa da Terminologia representa ainda a possibilidade de que os atores do processo de integração sintam-se efetivamente sujeitos desse paradigma que rege a vida das sociedades nos tempos atuais. O registro das terminologias, com a devida compatibilização das diversidades nos dois planos, intra e interlingüístico, possibilitará ao Mercosul dispor de uma terminografia bi- e multilíngüe sistematizada e de maior alcance pragmático.

Esse alcance é dependente de orientações teóricas e metodológicas, as quais indicam uma provável reversão dos moldes clássicos de tratamento das terminologias, uma vez que o interesse pelos termos não se restringe mais à sua dimensão conceitual, mas abarca também seu funcionamento no interior das línguas naturais. Dar conta de toda essa diversidade, reunindo e, nesse sentido, unificando a riqueza das línguas, é um norte necessário para a terminografia e não apenas aquela de que o Mercosul carece.

Referencias bibliográficas

- CABRÉ, M.T. (1999) *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona, Pompeu Fabra.
- CIAPUSCIO, G.E. (1998) La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación. *Organon*, v.12, n.26.
- CONDAMINES, A. & REBEYROLLE, J. (1997) Point de vue en langue spécialisée. *Meta*, XLII, 1.
- HAENSCH, G. et alii (1982) *La lexicografía*. Madrid, Gredos.
- LÉRAT, P. (1995) *Les langues spécialisées*. Paris, PUF.
- MACIEL, A.M.B. (1998) Terminografia jurídica para o Mercosul e recursos informatizados. *Organon*, v.12, n.26.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that proper record-keeping is essential for transparency and accountability, particularly in the context of public administration and financial management. The text notes that without reliable records, it is difficult to track the flow of funds and ensure that resources are being used as intended.

2. The second part of the document addresses the challenges associated with data collection and analysis. It highlights that while modern technology offers powerful tools for data processing, the quality and consistency of the data itself can be a significant barrier. The document suggests that standardized protocols and training for data collectors are necessary to overcome these challenges and ensure that the information gathered is both accurate and actionable.

3. The third part of the document focuses on the role of communication in the implementation of any program or policy. It argues that clear and consistent communication is vital for ensuring that all stakeholders understand their roles and responsibilities. The text also discusses the importance of regular reporting and updates to keep the public and relevant authorities informed of progress and any issues that may arise.

4. The final part of the document provides a summary of the key findings and offers recommendations for future work. It stresses the need for a holistic approach that integrates financial management, data analysis, and communication to achieve the best possible outcomes. The document concludes by expressing confidence that the strategies outlined will lead to more effective and efficient operations.